

**A propriedade rural como símbolo: estudo das  
representações sociais e de seus impactos sobre  
o ambiente na bacia do rio Atibainha**

**Antônio Ribeiro de Almeida Júnior**

**ESALQ - USP**

**Abril de 2004**

## **A propriedade rural como símbolo: estudo das representações sociais e de seus impactos sobre o ambiente na bacia do rio Atibainha<sup>1</sup>**

“Cada um começou a olhar os outros e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim a estima pública a ter um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloqüente, passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo, e, de outro, a vergonha e a inveja. A fermentação determinada por esses novos germes produziu, por fim, compostos funestos à felicidade e à inocência.”

(Rosseau 1997:92)

### **Introdução: um pouco da história local**

A bacia do rio Atibainha passou nas últimas décadas por transformações profundas. A abertura da Rodovia Dom Pedro I e a construção dos reservatórios do Sistema Cantareira tornaram a região atrativa para atividades de lazer, turismo e investimentos imobiliários. No município de Nazaré Paulista onde a barragem do Atibainha foi construída, grande parte destas atividades ocorre às margens do lago produzido pelo represamento.

A construção da represa e da rodovia desarticulou a vida rural antes existente na região<sup>2</sup>. Parte da rede de estradas que cortava o meio rural ficou sob as águas. Novas estradas contornando o lago foram construídas. Muitos proprietários de áreas submersas mudaram-se para as cidades da região e deixaram suas atividades no meio rural (Rodrigues 1999). Ocorreu uma intensa valorização das terras ao redor do lago e o loteamento de muitas propriedades rurais. Boa parte dos novos proprietários vieram da

---

<sup>1</sup> Antônio Ribeiro de Almeida Júnior é doutor em Sociologia e professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ – USP. A pesquisa que deu origem a este texto foi financiada com recursos da FAPESP.

<sup>2</sup> De modo muito semelhante ao que ocorreu em Nazaré Paulista, o fenômeno de desarticulação da vida rural foi observado por muitos outros pesquisadores que estudaram a construção de barragens, por exemplo, Osvaldo Aly (2000).

região metropolitana de São Paulo (Guarulhos principalmente), Campinas, São José dos Campos e outras grandes cidades próximas. Alguns estabeleceram residência permanente em suas propriedades enquanto outros utilizam estas propriedades em finais de semana e férias. Há também um grupo de proprietários que mora nas cidades próximas e que utiliza a propriedade rural para a produção agrícola e pecuária. Parte desses proprietários espera a valorização de suas terras para loteá-las e vendê-las.

Apesar dessa desarticulação, existem inúmeros vestígios das atividades anteriores à construção da rodovia e da represa. As áreas onde estas atividades mais tradicionais (pecuária, reflorestamento com eucalipto e produção de carvão<sup>3</sup>) são desenvolvidas misturam-se às áreas de lazer, turismo e de propriedade dos novos moradores, provocando interações complexas e às vezes tensas entre populações com interesses, visões de mundo e estilos de vida muito diferentes.

As questões ambientais aparecem em meio a estas interações. Frequentemente, estas populações trocam acusações sobre os problemas ambientais, procurando responsáveis pela degradação ambiental que percebem. Alguns grupos são facilmente responsabilizados pelos problemas ambientais, como os turistas e visitantes de final de semana, que não estabelecem maior contato com os grupos que vivem de maneira permanente no município.

Os problemas ambientais relacionam-se com disputas mais amplas que atualmente ocorrem em Nazaré Paulista. O jogo de poder entre os grupos transforma os problemas ambientais e as propostas de resolução (ou a ausência delas) em instrumentos de dominação ou de resistência. A definição dos usos e dos destinos do meio ambiente é elemento central do jogo político na região, pois, desta definição dependem enormes investimentos e negócios.

---

<sup>3</sup> Para o caso de Itapeverica da Serra, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979) relata que o plantio de eucaliptos para a produção de carvão está relacionado à crise da lavoura cafeeira na década de trinta. Antes dessa crise, as cidades próximas à São Paulo forneciam grande parte dos víveres para a metrópole, mas, com a crise, terras destinadas ao café passaram para outras culturas, substituindo as lavouras próximas à capital paulista, que, geralmente, ocorriam em terras acidentadas. O plantio do eucalipto foi uma alternativa econômica para enfrentar essas dificuldades competitivas.

No caso de Nazaré Paulista, até a construção da represa, parte dos agricultores permaneceram competitivos, pois suas lavouras estavam localizadas na várzea do rio Atibainha, portanto, em local plano e de grande fertilidade. As culturas com eucaliptos ocupavam apenas as terras mais acidentadas do restante do município, substituindo não o plantio de víveres, mas a cultura do café.

A paisagem da região mostra-se como o resultado de processos históricos de ocupação e uso das propriedades rurais. Poucas áreas ainda apresentam trechos da Mata Atlântica em estado avançado de regeneração. Embora existam matas, estas são áreas de regeneração recente e apresentam árvores jovens, de pequenas dimensões e com uma variedade reduzida de espécies. A transformação da paisagem natural pelas atividades humanas (antigas e recentes) é facilmente perceptível. Muitas áreas apresentam evidências severas de degradação ambiental (erosão e exposição dos solos, sinais de fogo, desmatamento, atividades inadequadas para a inclinação do solo, mineração, assoreamento, contaminação das águas, extinção da fauna e da flora etc.).

A paisagem tem um aspecto de mosaico, mostrando que terras vizinhas possuem usos bastante diferentes. Apenas casualmente, a paisagem apresenta continuidade entre uma propriedade rural e outra. A falta de continuidade da paisagem revela a intervenção humana e também a descontinuidade dos ecossistemas que aparecem na região. Esta situação não sugere, de modo algum, que a região deva ser deixada de lado nos processos de conservação. Ao contrário, essa situação indica os enormes riscos existentes para a qualidade da água do reservatório da SABESP e a necessidade de intensificar os procedimentos que podem garantir a conservação e recuperação dos recursos existentes.

Mesmo assim, nas visitas que realizei ao local, pude perceber que muitos visitantes vêem a região como “natureza”. Sua percepção dos processos de transformação do espaço da região pelo trabalho não é suficiente para que eles pensem o ambiente lá existente como algo artificial, produzido pela ação humana. Ao contrário, a “natureza” ali parece-lhes como algo ainda muito preservado e, por esse motivo, como algo revitalizador. Essa percepção não está distante da percepção daqueles que estabeleceram residência no local. Entre as motivações para isto, está a busca por “qualidade de vida”, que se encontra associada à idéia de maior proximidade com a “natureza”<sup>4</sup>. Assim, grande parte do trabalho para uma conservação ambiental mais efetiva consiste numa modificação da percepção da população sobre o que é o trabalho e a natureza.

Na verdade, a conservação desta área é vital para a manutenção da atual forma de captação de água para a região metropolitana de São Paulo. O Sistema Cantareira é

responsável pelo fornecimento de aproximadamente 60% da água para o consumo nesta região, ou seja, água para o consumo de 10 milhões de habitantes<sup>5</sup>. Pela forma como a ocupação e a utilização da área para lazer e turismo ocorre, existem riscos importantes para a qualidade da água. Esses riscos envolvem contaminação da água por esgotos, combustíveis, produtos químicos, metais, lixo, resíduos de atividades agropecuárias e industriais; assoreamento; destruição dos mananciais pelo desmatamento e uso inadequado do solo, urbanização da área rural, erosão etc.

A relevância do problema do abastecimento de água é reconhecida mundialmente. Ao que parece, esse problema tende a se agravar no futuro próximo. Nas palavras da Declaração de Dublin,

“A escassez e o desperdício da água doce representa séria e crescente ameaça ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente. A saúde e o bem estar do Homem, a garantia de alimentos, o desenvolvimento industrial e o equilíbrio dos ecossistemas estarão sob risco se a gestão da água e do solo não se tornar realidade, na presente década, de forma bem mais efetiva do que tem sido no passado.” (citado por Thame 1999:5)

O problema não é a simples escassez global da água, mas o seu fornecimento em quantidade e qualidade adequada para regiões densamente povoadas.

“Em uma escala global, o problema não é o do total de abundância de água; o problema é a disponibilidade da água no local certo, no tempo certo e na forma certa.” (Botkin & Keller 1997:392)

## **Tema**

---

<sup>4</sup> Esta relação entre qualidade de vida e proximidade da natureza tem uma longa história. Raymond Williams, Simon Schama, Keith Thomas e outros autores mostram que os sentimentos árcades nos levam de volta ao Renascimento, pelo menos, e quem sabe até a Grécia Antiga.

<sup>5</sup> Dados que constam do informativo *Sistema Cantareira* da SABESP.

A pesquisa tentou desvendar algumas das representações<sup>6</sup> sociais produtoras de sentido para as práticas que resultam na aparência da propriedade rural e também em sua configuração ambiental e, portanto, nos problemas ambientais da região. O local escolhido para realizar este estudo foi a bacia do rio Atibainha à montante da barragem construída pela Sabesp no Município de Nazaré Paulista. Foi dado destaque especial ao entorno do reservatório (Nazaré Paulista e Piracaia), particularmente, ao Bairro do Moinho. Buscou-se descobrir quem aqueles que circulam pela região pensam que são; o que eles pensam que estão fazendo; e qual finalidade eles atribuem àquilo que estão fazendo (Geertz 2001:26). Principalmente, no que diz respeito ao tratamento dado à propriedade rural e por meio dela ao meio ambiente.

Concentrei as entrevistas no Bairro do Moinho, que fica às margens da represa do Atibainha. A percepção de que essa seria uma estratégia melhor do que dispersar as entrevistas numa área muito ampla e que apresenta problemas diversificados, principalmente no que diz respeito à concentração das terras, motivou essa escolha. O foco no Bairro do Moinho deveu-se às descobertas feitas durante o pré-teste. Gostaria de destacar os seguintes motivos para justificar esse foco:

- O Bairro do Moinho corresponde a microbacia do Ribeirão do Moinho. Ele possui, portanto, a característica de microbacia que tem sido considerada básica em muitas pesquisas sobre meio ambiente, chegando inclusive a orientar políticas públicas<sup>7</sup>.
- As terras do bairro apresentam-se bastante fragmentadas o que possibilita “vislumbrar o futuro” de outros bairros onde as terras encontram-se mais concentradas.
- O processo de transformação dos imóveis em mercadorias de alto valor monetário (especulação imobiliária) está bastante avançado.

---

<sup>6</sup> Neste texto, empregamos o conceito de representação social a partir do sentido dado a ele por Serge Moscovici (2003).

<sup>7</sup> Como exemplo do emprego do conceito de microbacia podemos citar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral).

- A presença de novos moradores é grande e o convívio entre esses e os moradores tradicionais envolve inúmeras questões relevantes para o entendimento dos processos de transformação que estão ocorrendo nas áreas rurais de nosso país.
- Os problemas ambientais são severos.
- O bairro está sofrendo um processo de urbanização.
- Existe a presença de um número significativo de ambientalistas que residem nesse bairro. Inclusive a presença de uma ONG que tem realizado importantes pesquisas na área ambiental: o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Esta presença fornecia não apenas uma base para as explorações ao redor como possibilitava uma rica troca de informações com os pesquisadores do IPÊ que conhecem bem os problemas e os moradores do bairro. Essa conexão abriu muitas portas e permitiu o acesso à informações que de outra forma poderiam ser muito mais difíceis de conseguir.
- O bairro oferece ainda outras vantagens para a pesquisa como estradas em boas condições, uma intensa vida social (igrejas, festas etc.).

Apesar desta concentração das entrevistas no Bairro do Moinho, não fiquei restrito a ele, pois, o bom andamento da pesquisa exigiu um conhecimento dos problemas da região como um todo. Assim, entrevistei pessoas em outros bairros, principalmente, quando estas pessoas apresentavam-se como bons informantes sobre a região e a sua história. Foram entrevistadas também pessoas que mantêm negócios de relevância para a realidade rural da região, como é o caso dos donos ou gerentes de marinas, hotéis e restaurantes, além de políticos da região.

Vários problemas ambientais estão sendo considerados neste estudo e nenhum está sendo desprezado a princípio, mas estão sendo enfatizados aqueles que potencialmente levam à deterioração da qualidade da água do reservatório, como o desmatamento, a erosão e o uso inadequado do solo. O período analisado corresponde ao ano de 2002. Foram investigados a aparência da propriedade rural e seu valor simbólico para os proprietários; os diversos significados desta propriedade nas relações sociais; o impacto das diferentes formas de representação das relações sociais sobre o meio ambiente na bacia do rio Atibainha.

## **Metodologia**

O que foi realizado é um estudo inicial, exploratório sobre um objeto complexo. Por isto, escolhi abordar o problema de modo indutivo e qualitativo. Isto é, parti de entrevistas em profundidade com membros da população local para formular teorias explicativas sobre os comportamentos observados. Alguns itens foram abordados em todas as entrevistas, mas elas foram suficientemente flexíveis para permitir que o entrevistado expressasse seu ponto de vista sobre as questões<sup>8</sup>.

As entrevistas realizadas com a população local tentaram abordar os seguintes aspectos:

- 1) condição social do entrevistado; 2) atividades agropecuárias e econômicas do imóvel rural; 3) configuração espacial da propriedade, suas fronteiras, sua cobertura vegetal; 4) visão do entrevistado sobre as questões ambientais gerais; 5) visão do entrevistado sobre as questões ambientais da região; 6) a visão do entrevistado sobre as questões ambientais relativas à sua propriedade; 7) ações tomadas pelo entrevistado para evitar a degradação ambiental; 8) na visão do entrevistado, quem são os responsáveis pelos problemas ambientais na região; 9) gosto estético do entrevistado e a adequação da aparência da propriedade a esse gosto; 10) formas de valorização da vida no campo, comparação com a vida na cidade; 11) aspectos relativos à sensação de segurança ou insegurança dos entrevistados; 12) forma como a propriedade rural participa na construção da identidade social do entrevistado; 13) noção de propriedade privada e de suas funções sociais; 14) religiosidade.

Foram entrevistados alguns trabalhadores rurais da região para ver de que forma ocorre sua influência na aparência física da propriedade rural. São esses trabalhadores que executam os trabalhos nas propriedades e suas representações sobre a forma como o trabalho deve ser realizado são apenas parcialmente controladas pelos proprietários rurais. Por isso, a investigação desse grupo foi extremamente relevante para o entendimento dos problemas ambientais da região. Além disso, muitos dos trabalhadores rurais são também pequenos proprietários de terra ou filhos de proprietários de terra.

---

<sup>8</sup> Com relação à forma de realizar as entrevistas, seguimos as recomendações de Emily Adler e de Roger Clark (1999).

O principal instrumento de pesquisa utilizado foi um conjunto de entrevistas semi-estruturadas. Em média, elas consumiram uma hora e meia cada. Em alguns casos, estas entrevistas abriram diálogos bem mais longos e estabeleceram relações que passaram a se efetivar ao longo de vários contatos. As informações coletadas foram anotadas logo após cada entrevista. Não foram feitas gravações, pois, durante o pré-teste, isto pareceu colocar os entrevistados na defensiva. Pelo mesmo motivo, também não foram feitas anotações durante as entrevistas.

Durante o pré-teste, foram realizadas 10 entrevistas. No total, foram realizadas 75 entrevistas. As entrevistas resultaram num rico acervo de relatos sobre a realidade da região e, particularmente, sobre as propriedades rurais. Também foi realizado um levantamento fotográfico da região que resultou num acervo contendo centenas de fotos. O material coletado foi suficiente para garantir uma análise bastante confiável da realidade estudada, resgatando as representações com maior impacto sobre a relação com o meio ambiente. Tudo isso permitiu a elaboração desta tese. A interpretação do material coletado aponta para algumas conclusões importantes que serão apontadas a seu tempo.

Tudo indica que atingi aquilo que tem sido chamado de saturação teórica. Isto é, um momento no qual mais entrevistas não agregariam muitas informações novas sobre o assunto pesquisado (Adler & Clark 1999). Somente, nesse momento, encerrei os levantamentos de campo. A partir de uma análise mais detalhada do material, foi possível delimitar mais claramente novas hipóteses que talvez precisem ser checadas através de novas pesquisas. Para aumentar a confiança nas conclusões, foi necessário retomar algumas entrevistas sobre os aspectos nos quais dúvidas apareceram durante a análise dos dados coletados.

Por meio das visitas que fiz à região e das entrevistas, constatei que existem diferentes grupos populacionais importantes para a configuração do meio ambiente. Existem segmentos de diversas camadas de renda. Há também diferenças importantes no campo religioso<sup>9</sup>, além de muitas outras importantes diferenças, tais como: escolaridade, origem urbana ou rural, origem no bairro ou fora dele. As entrevistas tentaram dar conta desta

---

<sup>9</sup> Pelo menos quatro grupos religiosos são facilmente visíveis no Bairro do Moinho. Os católicos, os evangélicos (Congregação Cristã no Brasil), os cultos afro-brasileiros e um grupo que podemos chamar de new agers (sincretismo que mistura valores e crenças de várias religiões).

diversidade da população, procurando resgatar as diferentes representações<sup>10</sup>, os conjuntos de valores e crenças que resultam nos problemas ambientais em sua relação com a situação econômica e social dos entrevistados.

As entrevistas foram analisadas com o objetivo de descobrir as formas de representação que se repetem e de desvendar a forma como estas representações afetam a relação com o meio ambiente. Esta análise permitiu aprofundar a formulação de algumas teorias explicativas para a aparência das propriedades rurais, revelando mais claramente seus significados simbólicos. A aparência das propriedades foi documentada através de fotografias. Documentação que procurou registrar os principais problemas ambientais de cada propriedade, bem como seus aspectos estéticos e sua aparência geral.

As entrevistas com as autoridades foram realizadas, procurando aprofundar o conhecimento das questões ambientais encontradas na pesquisa de campo. Investiguei as ações dos órgãos públicos em relação aos problemas ambientais constatados. Outras informações sobre a configuração atual das propriedades rurais foram obtidas através de entrevistas com agentes imobiliários atuantes na região. Realizei um levantamento histórico sobre o processo de ocupação da região. Esse levantamento auxiliou na construção das teorias sobre a atual configuração espacial das propriedades rurais.

Como um todo, a paisagem foi considerada na avaliação da situação ambiental da região. Ela é o resultado daquilo que ocorre em cada propriedade. Certos elementos das relações sociais, como o direito de usar e abusar da propriedade rural, ficam imediatamente evidentes quando olhamos a paisagem como um todo.

### **Quadro com as entrevistas**

<b>Tipo de entrevistado</b>	<b>Nº de entrevistas</b>
Pequeno proprietário rural tradicional	17
Proprietário de chácara ou vindo de fora	14

---

<sup>10</sup> Marcos Reigota define representação social da seguinte forma: “Nas representações sociais podemos encontrar os conceitos científicos da forma que foram aprendidos e internalizados pelas pessoas. Segundo Moscovici (1976), uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas.” (Reigota 1998:12)

As representações sociais são amplamente inconscientes e seus pressupostos não debatidos. Geralmente, elas se articulam em torno dos discursos hegemônicos existentes na sociedade. O apego a elas é profundamente emocional e seu questionamento envolve um longo trabalho de transformação cultural.

Trabalhadores rurais	7
Político	9
Dono ou gerente de marina, restaurante ou hotel	9
Grande proprietário rural (acima de 50 há)	5
Representante de cooperativa rural	1
Representante de ONG	4
Historiador	1
Técnico (agrônomo, veterinário, Sabesp etc.)	8
Total	75

A situação social encontrada revela processos que devem estar em curso de modo semelhante em muitas outras áreas rurais onde encontramos a presença de casas de veraneio e moradores tradicionais. Mas, nossa intenção inicial não era fazer generalizações. Isto ficará por conta do leitor que, provavelmente, conhece melhor as realidades para as quais quer sobrepor o que descobrimos em Nazaré Paulista.

### **O simbolismo dos objetos e da propriedade rural**

Os objetos são carregados de significados. Eles marcam as etnias, as classes, as castas, os gêneros, as idades, as profissões etc. Eles mostram a posição social daqueles que os usam, estabelecendo o *status* e a dignidade de seus donos. Saber apreciar corretamente o significado social dos objetos é parte dos conhecimentos adquiridos pelos donos do poder e da riqueza (Bourdieu 2000:85). Eles são também marcadores morais, funcionando como símbolos das crenças e dos valores.

Por isto, podemos afirmar que os objetos atuam fortemente na comunicação social (Jhally 1990:1-23). O curioso disto é que essa comunicação é velada, profundamente codificada pela cultura de cada local e, quase sempre, praticamente imperceptível para aqueles que a realizam. As mensagens podem ser complexas ou simplórias, excêntricas ou convencionais (Lurie1997:30-33), podem traduzir perfeitamente as intenções dos

usuários dos objetos ou serem compostas por outras limitações às quais esses precisam se submeter. Por exemplo, muitas propriedades rurais representam o abandono das atividades de produção agropecuária, um processo de proletarização (sem sair da terra) e marginalização dos pequenos proprietários rurais. Esse abandono da produção agropecuária não representa, necessariamente, a intenção do proprietário rural. Ele pode dever-se a condições que o proprietário rural não consegue contornar.

O simbolismo inscrito nos objetos não é novo, nem exclusividade das sociedades industrializadas. Em todas as sociedades, esse simbolismo esteve presente. A particularidade das sociedades industrializadas está na multiplicação dos objetos e padronização de seu significado. As mercadorias servem para atender a necessidades e para diferenciar socialmente aqueles que as empregam (Kline; Leiss; Jhally 1997:309)

Os objetos fazem pensar enquanto atendem às necessidades. Eles funcionam como um meio não verbal de comunicação (Douglas & Isherwood 1979). Eles possuem funções simbólicas que permeiam as relações sociais. Os objetos são componentes importantes dos rituais sociais, suas configurações podem assegurar a solenidade ou informalidade dos encontros humanos. Os objetos são empregados nas negociações da vida social (Jhally 1990:7). É a própria personalidade dos indivíduos que se afirma através do consumo dos objetos. Ao procurar realizar seus desejos, os indivíduos provocam o aumento do consumo e da produção, ampliando os problemas ambientais (Alphandéry; Bitoun; Dupont 1992:119).

No caso desta pesquisa, estou investigando a propriedade rural como símbolo complexo da realidade social e cultural na qual ela está inserida. Assim, a aparência física da propriedade rural foi tratada não apenas como componente da paisagem em geral e, portanto, do meio ambiente. Ao contrário, ela foi tratada como expressão de um conjunto de representações de seus donos e daqueles que nela trabalham e não somente as representações sobre o meio ambiente e a natureza. Considerarei também as outras representações que interferem na tomada de decisões sobre a aparência da propriedade rural.

A propriedade rural é um objeto e possui, portanto, os usos simbólicos dos quais os objetos são carregados<sup>11</sup>. No entanto, a propriedade rural é um objeto extremamente complexo e, por isso, seu simbolismo também deve conter essa complexidade. Mas, ao mesmo tempo, a propriedade rural é parte muito relevante do meio ambiente, da “natureza”. Em outras palavras, o uso simbólico da propriedade rural interfere direta e profundamente nos aspectos de conservação da natureza. Esse uso simbólico da propriedade rural ocorre nas relações sociais em que seus proprietários estão envolvidos. Relações que acontecem com o grupo social ao qual pertencem, com os vizinhos de sua propriedade, com os trabalhadores da propriedade, com as instituições de crédito, com o Estado, com a sociedade em geral etc.

A aparência da propriedade rural é elemento do conflito entre os grupos. A aparência da propriedade é um aspecto do comportamento do outro ao qual temos acesso imediato. Ela revela certas preocupações, certas ousadias, certo senso de organização do proprietário rural. Ela torna as ações do proprietário rural passíveis de crítica, passíveis de avaliação, inclusive pelos agentes de fiscalização do Estado. Assim, apesar de ser um hieróglifo social, ela não é completamente intransparente.

Mas, a aparência da propriedade rural não dá a seu proprietário a chance de explicar as motivações de seus atos. Sua lógica, sua inteligência, seu senso de responsabilidade, em larga medida, silenciam. O resultado de seus atos são avaliados pela lógica, inteligência e senso de responsabilidade daquele que vê a aparência de sua propriedade. Quase sempre, o julgamento realizado não considera as dificuldades reais daquele que deve enfrentar o trabalho e outras conseqüências de opções diferentes. Talvez opções melhores do ponto de vista ambiental, mas que exigem, nas condições existentes, maior esforço, mais trabalho. Ou seja, maior sacrifício do proprietário/trabalhador rural.

Assim, a crítica feita por pessoas que não realizam trabalho manual torna-se uma crítica fácil, talvez irresponsável. Uma crítica que pode deixar de lado o sofrimento e os riscos envolvidos no trabalho manual. Por exemplo, o fogo reduz sensivelmente o esforço necessário para “limpar” uma área. Evidente também que as conseqüências de longo prazo e as conseqüências coletivas do uso do fogo não são claras para todos que dele se

---

<sup>11</sup> O uso simbólico da atividade no campo tem sido indicada por outros autores como, por exemplo, Woortman & Woortman (1997).

utilizam. Claro que isso não significa que as queimadas sejam aceitáveis, posto que produzem danos importantes. Mas, no mínimo, devemos entender a lógica do outro, sua cultura para entender seus atos e avaliar corretamente os processos sociais em que essa prática está envolvida e os eventuais processos educativos necessários.

Atenção deve ser dada ainda ao fato de que os processos educativos necessários nem sempre são processos que tenham como objeto aquele que vive no campo, o pobre, o oprimido. Muitas vezes, será necessária uma pedagogia do opressor, que precisa modificar seu comportamento e o comportamento de suas agências de poder. Esta é uma pedagogia para os movimentos sociais, pois são eles os principais pedagogos das instituições e dos poderosos. São os movimentos sociais que promovem as transformações da consciência coletiva, limitando o campo de ações possíveis para aqueles que conduzem a sociedade (DeLuca 1999).

De acordo com Evernden, cultura e natureza não podem ser separados. A natureza é parte da cultura e da cultura popular. Além disto, as pessoas e os grupos não pensam a natureza da mesma forma. Cada subcultura pensa a natureza de modo próprio (Evernden 1989:151-164). No caso da região estudada, as diferenças sociais entre os grupos que ali convivem refletem-se em diferenças na forma de conceber a natureza. Por isto, a pesquisa tentou dar conta de resgatar estas diferentes concepções de natureza que orientam as ações e subjazem aos conflitos sociais relativos ao meio ambiente.

O que ocorre em Nazaré Paulista não é apenas a incorporação das terras em um processo econômico. Existe uma outra incorporação relativa a um universo discursivo. Isto é, a valorização econômica das terras e seus usos pelos novos moradores dependem de um universo imaginário/comunicacional no qual o lazer, as chácaras, a reaproximação com a “natureza” têm sentido. Na verdade, podemos ir ainda mais longe e afirmar que esses objetos (terra, natureza etc.) são transformados em forças capazes de produzir sentido para a vida humana. Como afirmamos anteriormente, eles são símbolos do sucesso e esse sem eles (ou outros símbolos materiais) não tem significado. Eles são símbolos na comunicação social, são símbolos para os outros agentes sociais, mas não deixam de ser símbolos para os que compram as terras.

Todos os esforços, relações, mesquinhas que permitem a acumulação dos recursos necessários à compra da terra são convertidos simbolicamente no ato da compra e

apropriação da terra. De alguém submetido a processos de produção alienantes (seja como patrão ou como trabalhador), aquele que conseguiu acumular o suficiente transforma-se em proprietário. Em outras palavras, ele se transforma em uma pessoa que está em condições de aproveitar o “melhor da vida”. A propriedade rural é colocada como sonho de consumo, como idealização. Talvez um motivo importante para comprar um lote próximo à represa seja um sentimento, mais ou menos difuso, de que a argumentação a favor da conservação ambiental é correta. Mas, poucos se questionam seriamente a respeito das conseqüências de seus atos como novos proprietários e, menos ainda, sobre as conseqüências gerais do comércio de terras para o lazer.

Com a construção da represa, a paisagem passa a ter um valor simbólico particular. A terra se torna elemento para o consumo. Mas, ela não é uma mercadoria qualquer. Ela assume características de um produto cultural. Mas, curiosamente, ao mesmo tempo que as transformações sociais, provocadas pelo processo de industrialização, promovem uma cultura que reconhece a terra como objeto de consumo, essa cultura não consegue conceber para essa terra e para a paisagem como um todo o consumo típico dos produtos culturais. Isto é, ela não concebe que o produto permaneça ou até melhore após seu consumo. Pensamos o consumo da terra de lazer e da paisagem como o consumo tradicional em que o produto consumido sofre uma profunda transformação. Assim, aceitamos que nossa relação com a terra e com a paisagem leve necessariamente a uma degradação. Deveríamos talvez lembrar que em outras culturas é possível que o contato humano enriqueça o ambiente em lugar de necessariamente degradá-lo (Santos 2002:87). A paisagem é construída como símbolo social mais do que como elemento natural. Por isto, o trabalho que a modifica deve ser refletido e consciente, deve ser regulado por normas coletivas que imponham um mínimo de respeito por elementos naturais que podem ser facilmente destruídos ou degradados. A paisagem é o registro de uma história coletiva. Ela é uma forma de memória que só faz sentido para quem conhece a história local. Em Nazaré Paulista, a estrada e a represa simbolizam dramaticamente o fim de um período de relativo isolamento, o fim de um tempo que remetia ao passado. Elas marcam a chegada do “progresso”<sup>12</sup> e de sua desordem.

---

<sup>12</sup> No livro *Capitalismo histórico & civilização capitalista* de Immanuel Wallerstein, há uma excelente discussão a respeito da noção de progresso.

A mesma paisagem pode ter significados distintos para pessoas e para grupos diferentes. Na verdade, quando diferentes grupos ocupam o mesmo espaço, há uma disputa pela interpretação da paisagem. Tal disputa não ocorre em um vazio, mas dentro de um determinado contexto histórico e social. Os grupos nela envolvidos podem recorrer aos discursos hegemônicos existentes na sociedade e utilizá-los como instrumentos para a imposição local de processos de hegemonia mais amplos.

Em nossa sociedade, neste momento, é o discurso do industrialismo, da grande produção e do grande capital que controlam de forma hegemônica as mentes (DeLuca 1999). É dele que derivam a maioria dos discursos que dominam localmente. Esse discurso coloca como centro das preocupações os elementos econômicos e, principalmente, a necessidade do lucro e sua pretensa racionalidade social e moral.

A transição em curso em Nazaré Paulista não é ainda aquela que se orienta por um novo paradigma (pós-industrial). Ao contrário, ela é uma transição que está sendo imposta pelo industrialismo. Como o cenário social brasileiro é vasto, existem indícios de um discurso e de uma articulação discursiva pós-industrial, mas isto é ainda bastante precário no caso de Nazaré Paulista.

Hardin (1968) afirma que a forma de propriedade rural interfere na conservação dos recursos naturais. O acesso livre aos recursos naturais é, para Hardin, a pior forma para a conservação, pois nesse caso, os recursos naturais não se encontram protegidos por nenhuma forma de propriedade. Além do acesso livre, haveria também a propriedade privada e a propriedade estatal. Estas duas formas são mais propícias à conservação dos recursos naturais, sendo que a propriedade privada é a forma mais efetiva para conservar esses recursos.

Vinte e dois anos depois, a obra de Hardin foi questionada em algumas de suas conclusões. Feeny, Berkes, McCay e Acheson (1990) mostram que o trabalho de Hardin incluía na categoria de acesso livre uma forma de propriedade que não poderia ser caracterizada desse modo. A propriedade comunal seria uma quarta forma de propriedade e, em algumas situações, uma forma de propriedade bastante eficiente do ponto de vista da conservação dos recursos naturais.

As condições de apropriação existentes em Nazaré Paulista desafiam a teoria proposta por Hardin e seus revisores. Em primeiro lugar, antes da construção da represa, já existia

propriedade privada da terra. Mas, essa apropriação da terra era diferente daquela que ocorre atualmente. A terra era propriedade privada, mas nem sempre, essa propriedade necessitava do reconhecimento do Estado. A própria comunidade reconhecia o direito de propriedade, sem que um documento oficial fosse necessário para legitimá-la. Mas, em face da desapropriação feita pelo Estado para a construção da barragem do Atibainha, somente foram reconhecidos como proprietários aqueles que puderam apresentar os documentos de propriedade (Rodrigues 1999:78-80). A forma de propriedade existente antes da construção da represa era um misto de propriedade privada reconhecida pelo Estado e de propriedade privada reconhecida apenas pela comunidade local.

Esse foi talvez o primeiro ato inquestionável e unilateral de uma forma mais avançada da propriedade privada, aquela que se apóia não no reconhecimento da comunidade, mas na autoridade estatal. Essa forma estatal de propriedade privada é a que predomina entre os proprietários de chácaras de lazer. Essa forma de propriedade privada independe da comunidade, pois seu reconhecimento funda-se no Estado, um agente “exterior” à comunidade. Ainda existem resquícios da forma anterior de propriedade privada, que se manifestam nos contratos informais existentes nos loteamentos clandestinos feitos pelos ocupantes tradicionais da terra.

O curioso a respeito disso é que o avanço da privatização da propriedade da terra provocou um aumento da degradação ambiental e não o contrário. O avanço da propriedade privada ocorreu num processo de fragmentação desta propriedade. Isto é, sítios e fazendas foram divididos e vendidos na forma de chácaras ou de lotes muito menores. Isto implicou no aumento populacional da área e na expansão das atividades de construção civil, na expansão das áreas cultivadas com jardins etc. Portanto além do aumento da degradação ambiental, houve também o aparecimento de novas ações que modificam o meio ambiente, como veremos adiante.

Ao que parece, o tipo de propriedade privada, que promove a conservação dos recursos ambientais, como sugerido por Hardin e seus revisores, tem condições que precisam ser especificadas. A extensão territorial desta propriedade privada e, talvez, uma variável tão importante quanto a própria forma de propriedade para a conservação dos recursos naturais. Os proprietários estariam em melhores condições de decidir pela conservação dos recursos naturais quando sua propriedade é extensa e quando a necessidade de

construir abrigos e áreas de convivência não atinge praticamente toda a extensão da propriedade, como é o caso na quase totalidade dos casos das chácaras de lazer. Em outros países, leis de zoneamento que impedem, em alguns casos, a divisão da terra parecem considerar esses fatos. Evidentemente, não estou fazendo uma apologia do comportamento ambiental dos latifundiários. Ao contrário, no Brasil, os latifundiários são responsáveis por grande parte dos problemas ambientais existentes na área rural.

Outro aspecto relevante para o entendimento destas questões é que a construção da represa revela aspectos do recurso água para os quais os moradores tradicionais não estavam preparados. Em outras palavras, a comunidade existente não possuía normas estabelecidas para lidar com as situações criadas pela construção da represa. O novo bem coletivo não encontra sentido nas relações anteriormente estabelecidas. Relações que eram capazes de assegurar a propriedade da terra, mas que não tem prontas respostas para os novos desafios que a região enfrenta atualmente. Assim, não é apenas pela desapropriação territorial que a população tradicional será afetada. Ela sofrerá também com a necessidade de viver em um novo ambiente, que dispõe de outras dimensões e recursos para os quais o seu conhecimento tradicional não está preparado.

A ausência desses conhecimentos fica patente na dificuldade para articular a exploração econômica do novo recurso em prol dos membros tradicionais. Quem melhor explora estas possibilidades são pessoas vindas de fora, pessoas da cidade, pessoas que vêm a água, a represa como atração para outras pessoas da cidade. Seu sucesso não se deveu apenas à posse do capital necessário para realizar essa exploração, mas também às concepções de uso dos recursos. Uma imaginação para a qual os moradores tradicionais e os antigos proprietários da terra não estavam preparados.

Mesmo hoje, passados mais de 30 anos da construção da represa, entre os moradores tradicionais, existem perplexidades quanto às possibilidades econômicas para a região. Eles continuam pensando-se como agricultores, embora em muitos casos não mais o sejam. No novo mundo, que foi configurando-se a sua volta, eles se vêem em condição de inferioridade econômica, financeira, cultural e hierárquica. Sentem-se insatisfeitos com essa nova condição, sem conseguir questioná-la plenamente. Seu universo simbólico e discursivo foi colocado em obsolescência pelo “progresso” promovido pelo Estado e pelo capital.

## **Bibliografia**

Adler, Emily Stier & Clark, Roger (1999). *How it's done: an invitation to social research*. New York: Wadsworth Publishing Company.

Alphandéry, Pierre; Bitoun, Pierre; Dupont, Yves (1992). *O equívoco ecológico*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Aly Jr., Osvaldo (2000). *Políticas ambientais e desenvolvimento local sustentável: o caso de Natividade da Serra*. São Paulo: Dissertação de mestrado, PROCAM, USP.

Bourdieu, Pierre (2000). Introduction to distinction. In: Lee, Martin. *The consumer society reader*. Malden: Blackwell.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (2001). *CATI Microbacias*. Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, CATI, Programa estadual de microbacias.

DeLuca, Kevin Michael (1999). *Image politics: the new rethoric of environmental activism*. New York: The Guilford Press.

Douglas, Mary & Isherwood, Baron (1979). *World of goods*. New York: Basic Books.

Feeny, D.; Berkes F.; McCay, B.; Acheson, J. (1990). The tragedy of commons: twenty two years later. In *Human Ecology* 18.

Geertz, Clifford (2001). *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Hardin, Garreth (1968). The tragedy of commons. In *Science* 162.

Jhally, Sut (1990). *The codes of advertising*. New York: Routledge.

Leiss, William; Kline, Stephen; Jhally, Sut (1997). *Social communication in advertising*. New York: Routledge.

Lurie, Alison (1997). *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco.

Moscovici, S (1976). *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris: PUF.

Moscovici, Serge (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Queiroz, Maria Isaura P. (1979). Do rural e do urbano no Brasil. In Szmrecsányi, Tamás & Queda, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Reigota, Marcos (1998). *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez Editora.

Rodrigues, Cintya Maria Costa (1999). *Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista*. Campinas: Editora da Unicamp / CMU – Publicações.

Rousseau, Jean-Jacques (1997). *Os pensadores* vol. II. São Paulo: Editora Nova Cultural.

Santos, Boaventura de Sousa (2002). *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez Editora.

Schama, Simon (1996). *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

Thame, Antônio Carlos Mendes (1999). *Programa de investimentos para proteção e aproveitamento dos recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*. Ministério do Planejamento e Orçamento e Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo.

Thomas, Keith (1988). *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wallerstein, Immanuel (2001). *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Williams, Raymond (1990). *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Woortman, Ellen F. & Woortman, Klass (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB.